XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

GT 10: Informação e Memória
Modalidade de apresentação: Comunicação Oral

MODELO SEMIÓTICO-INFORMACIONAL COMO INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA: INTERFACES ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A SEMIÓTICA

Carlos Xavier de Azevedo Netto
Universidade Federal da Paraíba
Tahis Virgínia Gomes da Silva
Universidade Federal da Paraíba
Silvia Regina da Mota Rocha
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

A Ciência da Informação é uma área construída a partir da interação com outros ramos do saber. Caracterizando-se pela abertura de diálogo disciplinar, utilizando-se de diversos conceitos e contribuições de outras áreas do conhecimento para alicerçar ou confirmar suas próprias teorias. Entre outras áreas com as quais a CI tem demonstrado interesse em interfaces dialógicas a Semiótica, compreendida enquanto campo do conhecimento filosófico e também como modelo metodológica da pesquisa com processos informacionais, tem se destacado na atualidade (MORAIS, 2006; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2008) especialmente no que diz respeito à organização e representação da informação, sobretudo, alicerçada na cultura material enquanto mecanismos de preservação e recuperação da Memória coletiva. Nesse artigo são apresentadas algumas definições em torno da relação entre Ciência da Informação e Semiótica, o papel dessas no contexto das relações sociais, expressos na cultura material enfatizando a relevância de ambos os campos, no contexto da organização, representação e preservação dos suportes informacionais, como representante da cultura material e penhor de resguardo da memória coletiva.

Palavras-chaves: Cultura material. Memória coletiva. Ciência da Informação. Semiótica. Modelo semiótico-informacional.

1 INTODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) tem como uma das suas características sua relação de diálogo disciplinar com outros ramos do saber. Saracevic (1995), Pinheiro (2005), entre outros autores, destacam as diversas áreas em que a CI vem buscando interfaces desde seu surgimento, tais como a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Documentação, (SILVA, 2006) para citar algumas interligações dialógicas. A Semiótica vem apresentado interesse de pesquisadores e profissionais da área da Ciência da informação, como ressaltam Oliveira e Rodrigues (2008) destacando a posição de abertura da área para uma interação com os outros campos do conhecimento. Essas interfaces serviram de apoio para que o campo da Ciência da Informação pudesse construir seus alicerces desde a consolidação de uma terminologia específica até o uso dos métodos e teorias abordadas em torno da informação.

A preservação da memória através das representações contidas na cultura material é uma preocupação presente nas questões relativas à construção da identidade coletiva de um povo (CHAGAS, 2005). Essa preocupação ganha relevo, especialmente, quando compreendida como mecanismo de representação e recuperação da informação.

Este artigo vem discutir as relações entre os conceitos de Memória, sobretudo a coletiva ou social e identidade coletiva, expressos através dos suportes da cultura material, compreendidos enquanto mecanismos de significação social através de processos de organização informacional. Ressaltando o contexto de interface dialógica entre a Ciência da Informação e a Semiótica, compreendida como campo, e, sobretudo, como modelo metodológico de estudo dos processos informacionais expressos nos bens materiais. Contribuindo assim, para a ampliação do campo de estudo da Ciência da Informação e da própria Teoria dos signos.

2 MEMÓRIA E MEMÓRIA COLETIVA

Le Goff (1996) abordando as relações entre a Memória e a História com ênfase na Memória Coletiva distingue a Memória em torno de dois vieses: as sociedades orais e as sociedades da escrita. O autor parte primeiramente de uma definição básica de memória como a capacidade “de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou

informações passadas, ou que ele representa como passadas" (LE GOFF, 1996, p.423). Pode-se, assim perceber alguns aspectos da noção de memória:

1. Memória definida como um fenômeno mental;
2. Memória como algo que remete a um acontecimento vivenciado ou testemunhado, pessoal ou coletivamente, no passado.

Com essa definição preliminar Le Goff (1996) levanta algumas características presentes no conceito de Memória, destacadas nas expressões "conservar certas informações", e "atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas" partindo dessas expressões se pode afirmar que a Memória, é:

1) Uma seleção, ou recorte daqueles acontecimentos que são mais significativos ou que ganha mais destaque, é um processo de classificatório desenvolvido pelo homem; o que enfatiza o caráter de seletividade da memória apontado por Catrosa (2001), onde a determinação dos resquícios, traços do passado recordados são sempre evocados pelo indivíduo ou pelo grupo, a partir de uma experiência no presente.
2) É um ato de representação das informações que o indivíduo (pessoal ou coletivamente) vivenciou e procura atualizar, sendo também um processo em constante e dinâmica transformação, como processo social. Com isso, os "lugares de memória" (NORA, 1984 citado por LE GOFF, 1996) são sempre carregados de significação, de valor simbólico. Uma vez que a memória requer suportes que a materializem, tais como linguagens, signos, espaços, formas de registro (de documentação), portanto "a memória está atrelada a objetivação" (CATROSA, 2001) e a representação.

Le Goff (1996) ressalta ainda três aspectos da Memória e da Memória Coletiva:

1. "A memória coletiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas" (LE GOFF, 1996, p.472). Destacando três disciplinas que convergem para esse diálogo disciplinar: a Sociologia, a Psicologia Social e a Antropologia; a essas se pode acrescentar a Ciência da Informação (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2008);

2. A definição de memória, apontada por Pierre Nora, como aquilo "que fica do passado no vivido dos grupos" (LE GOFF, 1996, p.472);
3. A história e a Memória caminham muitas vezes lado a lado, e muitas vezes confundem-se.

Contudo, a História e a Memória não são idênticas, se aproximam e a História se alimenta da memória, como defende Chartier (2009, p.24) "o saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas". Daí vem à relevância do processo de documentar e, sobretudo salvaguardar os documentos da cultura coletiva exercidos pelas instituições-memória (bibliotecas, arquivos, museus) (SILVA, 2006).

Ainda na definição de memória para Oliveira e Azevedo Netto (2007) memória é "[...] aquele conjunto de eventos, fatos, personagens que, através da sua existência no passado, detêm experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação de atualidade [...]" (OLIVEIRA; AZEVEDO NETTO, 2007, p. 32) demonstrando o aspecto de atualização e construção do passado pela memória. Trata-se de manter viva a experiência do vivido, no ontem que se torna hoje, a construção do que é significativo, que se exprime através dos objetos (artefatos), componentes da cultura material.

Tratando da relação de identidade e memória, Diehl (2002) insere na discussão a proposição de diferenciar o conceito de lembrança do conceito de memória e a relação desta com o conceito de identidade. O autor enfatiza inicialmente que hoje em dia há um grande debate sobre as formas de "pensar e reconstituir o passado" (DIEHL, 2002, p.111) e é dessas discussões que ele procurar delinear a relação memória e identidade e a correlação destas com a historiografia.

Diehl (2002) inicia seu debate pela diferenciação entre lembrança e memória colocando que a lembrança representa a fragmentação das experiências vividas, recortes de acontecimentos vivenciados e interpretados individualmente, sem atualização onde as "[...] lembranças estão localizadas no passado de forma estática" (DIEHL, 2002, p.116). Por outro lado, a memória "significa experiências consistentes, ancoradas no tempo passado facilmente localizável [...] constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos [...]" (DIEHL, 2002, p.116). Assim, a memória é concreta e atualizada. Mas,

contudo, também tem sua deficiência, ressaltado pelo fato de que a memória sofre "desgaste ao longo do tempo" (DIEHL, 2002, p.117). Assim, pode-se considerar que "a memória passa" (DIEHL, 2002, p.117).

A memória, para Diehl (2002) necessita ser metodizada, para isso utilizando métodos da pesquisa histórica que possibilitem tornar "o passado histórico, objetivo e com plausividade científica" (DIEHL, 2002, p.121). O autor, ainda, defende que as noções de Memória e identidade estão envolvidas com três aspectos – que são presentes também no campo do "déficit da historiografia" – fundamentais: o tempo, o espaço e o movimento. Esses elementos são considerados partes constituintes da memória (s) e da identidade (s), da seguinte maneira:

1) O tempo como representação da corrosão, do desgaste, da passagem;
2) O espaço enquanto campo da "experiência de rememorização";
3) E, por fim, o movimento "como a estrutura simbólica da cultura" (DIEHL, 2002, p.114), uma vez que, é através da dinâmica do movimento das convenções culturais que a memória vai mantendo seu caráter de atualização, por meio de novas significações. Aonde a identidade vai sendo constituída.

Pollack (1992), estudioso da relação entre Memória e Identidade, expõe que há um considerável (isso se referencia a década de 1990) crescimento no número de publicações sobre a questão da memória e sobre o problema da identidade, que pode ser considerado como um reflexo dos processos de globalização e diluição das barreiras geográficas e temporais. Pollack (1992) defende que a princípio a memória surge como um acontecimento individual, particular, próprio de um determinado sujeito, mas como destaca Maurice Halbwachs (2006), a memória ganha expressividade maior enquanto acontecimento coletivo e social, de transformações constantes.

Defende Le Goff (1996), que a memória coletiva, na maioria das vezes, é compreendida como a representação das formas de domínio de dado grupo social, como representação de um jogo de poder, afirmando que:

> [...] A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos,

> dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. (LE GOFF, 1996, p.426).

Em Pollack (1992) a memória é constituída por três instâncias por: acontecimentos, pessoas (personagens) e por lugares. Há com isso elementos que constituem a memória, quer seja individual ou coletiva, a saber: os acontecimentos vividos individualmente e os "vividos por tabela", vivenciados pela coletividade ou pelo grupo a qual o indivíduo pertence, mas que este não vivenciou realmente. Nesse contexto, da memória fundamental coletiva, há um processo de "projeção ou de identificação" através do que o autor chamou de socialização política ou da socialização histórica um acontecimento, no qual a relação do indivíduo com o passado coletivo é tão forte que mesmo não tendo vivenciado o ocorrido, ele adquire uma representação, ou significação tão forte possibilitando falar em uma "memória por herança".

Com isso, afirma-se que memória é um fenômeno construído socialmente e individualmente, seletivo e impossível de total recuperabilidade. Com uma forte característica de mutabilidade e transitoriedade, ou melhor, de variabilidade. A memória adquire uma ligação muito estreita com o sentimento de identidade. Uma vez que a identidade se constitui a partir da relação com o outro, com um diálogo ente similaridade e distinção, é, pois, através dos vestígios da memória, especialmente a memória herdada, que se busca representar essas relações identitárias (HALL, 2006).

Morais (2001) discute sobre a memória e a identidade social no contexto urbano da mundialização. O autor aborda uma discussão, partindo dos estudos teóricos sobre memória, cultura e identidade, numa compreensão de Memória não como algo vivenciado no passado, mas com uma construção do presente (MORAIS, 2001, p.100), uma vez que memória, identidade e cultura são construções sociais, não se pode concebê-las fora do contexto do convívio e das convenções (com simbologias e significações) sociais. Sendo construções sociais, que nascem no contexto dos grupos sociais, a memória, a identidade e a cultura são também produções ligadas aos discursos, que assumem materializações através do ato da fala (história oral) e dos escritos (registros) passando sobre o viés do patrimônio quer seja material ou imaterial.

Catrosa (2001), por outro lado, apresenta suas considerações sobre Memória e História de forma minunciosa, com um discurso mais complexo, apontando inicialmente as questões referentes à memória individual, a memória enquanto processo de seleção, e com isso de arbitrariedade; a relação memória e monumento, compreendendo como monumento não apenas as instituições em pedra e cal – como as edificações, os portais, os arcos, as lapides, e suas epigrafes, etc., que remetem aos feitos do passado de determinado governante ou povo – mas, também os ritos de celebração, que são a monumentalização dos eventos de passagem, de vitória, e muitas vezes de representação do ciclo da vida, e por fim, a relação entre a Memória e a historiografia.

Primeiramente Catrosa (2001) elenca os três níveis de Memória: a Proto-memória, relacionada ao habitus, a socialização e aos automatismos do agir; a Memória, onde há ênfase na recordação e no reconhecimento; e enfim, a Metamemória, onde se define as representações que o indivíduo faz de suas vivências, sua significação do mundo que o cerca. Podendo assim estabelecer um vínculo entre a informação memorialística e os processos sociais de aglutinação de ruptura social, através da representação de vínculos identitários (AZEVEDO NETTO, 2005).

Ressalta, ainda, que “é na memória que também se constrói as noções de pertencimento e de identidade coletiva” (CATROSA, 2001). Assim, confirma a função da anamnese na composição da identidade do indivíduo, enquanto ser especifico e único, mas, sobretudo, enquanto ser social. Ainda destaca que “cada eu só ganha consciência de si em comunicação com os outros [...]”. Com isso a memória individual coexiste de forma, nem sempre amigável, com uma infinidade de memórias – provindas do convívio familiar, das relações entre grupos, quer sejam locais, regionais, nacionais ou até globais – reforçando a premissa de que ninguém é uma ilha. Destaca com isso a relação intrínseca entre a memória individual (o olhar interior, do inconsciente, do subjetivo) e a memória coletiva, social (o olhar exterior), no que o autor chama de convivência entre a memória pública com a memória privada.

Já em Chartier (2009), que também trata da relação da História e da Memória, mas precisamente da diferença entre os ramos. Ressalta que apesar da Memória, quer seja coletiva ou individual, e da História remeter a presença do passado,

apresentam-se como áreas que se distinguem, uma opera em relação ao documento e outra a testemunha. Ocorrendo com isso uma oposição entre o crédito ao testemunho – o relato da memória do vivido – e a natureza indiciária do documento – o registro histórico, o documentado. Transparecendo a oposição entre o reconhecimento do passado e a representação do passado.

3 CULTURA E CULTURA MATERIAL

> A cultura material passa a ser vista como uma entidade que, de forma inconsciente, exprime relações sociais e culturais de populações, bem como todo um sistema ideológico e de poder, dentro de um tecido social. (AZEVEDO NETTO, 2005, p.266).

Segundo Thompson (2007) até o início do século XVI o conceito de Cultura esteve relacionado ao sentido de "cultivo ou cuidado de alguma coisa" ampliando-se para o "processo do desenvolvimento humano, do cultivo de grãos para o cultivo da mente" (THOMPSON, 2007, p. 167). Contudo, apenas entre o fim do século XVIII e início do século XIX, a princípio na França e na Inglaterra, o termo "cultur" (cultura) ganhou conotações específicas. Thompson (2007) destaque que nesse período, o vocábulo cultura era usado como sinônimo ou antônimo de "civilização".

Já Geertz (1989, p. 15) define que "o conceito de cultura [...] é essencialmente semiótico", já que se dá por processo de significação. Sua análise cultural semiótica consiste em uma descrição profunda e densa das práticas culturais dos grupos sociais, na busca das características de cada sujeito, acontecimento, prática ou artefatos e as relações de significação que se constroem através de seus signos. E Umberto Eco (2007) destaca que a cultura fundamenta-se basicamente em três fenômenos constituídos:

1) A produção e utilização de objetos os quais alteram a relação do homem com o meio natural;
2) As relações surgidas a partir da convivência familiar que são fundamentais para a determinação das "relações sociais institucionalizadas" (ECO, 2007, p.16);
3) E, por fim, as relações de troca de bens materiais.

E, por outro lado, Ribeiro (, 1987, p. 26) define cultura como o "[...] conjunto de símbolos e seus significados [...]", ressaltando o caráter simbólico e de criação de

sentidos presentes nas práticas culturais. Afirmação reforçada por Azevedo Netto (2007) que destaca que a cultura material pode ser compreendida como "documentos" que referenciam a memória, uma vez que é uma forma de representação e significação social, que decorrem de práticas, cotidianas ou rituais, contextualizadas socialmente.

Armando Malheiro da Silva, abordando a relação entre Informação e Cultura, reflete sobre o campo técnico daquelas as quais chamou de ciências documentais "Biblioteconomia, a Documentação, a Arquivística, a Paleografia, a Diplomática entre outras" (SILVA, 2006, p.16) que ele define como ciências de um campo com pretensão científica, enfocando uma tradição de pesquisas com ênfase na valorização de objetos compreendidos como suportes com potencial intelectual e estético das sociedades humanas.

Propondo-se a estudar a dimensão da cultura informacional Silva (2006, p.32) parte dos conceitos de cultura e informação: primeiramente apoiado em Edgar Morin o autor destaca que a "cultura concentra em si um duplo capital: um capital cognitivo e técnico (práticas, saberes, saber-fazer, regras) e um capital mitológico e ritual (crenças, normas, proibições, valores)" e por sua vez define informação "como conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas, subentendendo-se, nesta enunciação, uma plena similitude com a noção de conhecimento explícito" (SILVA, 2006, p.32). Com isso a relação cultura e informação assumem o caráter da materialização física e da abstração mental, já que é na instância da cultural que se constrói o fenômeno informacional.

Regina Marteleto afirma que "O conhecimento é produto social resultado das ações práticas, teóricas e valores conforme […] diferentes sujeitos". (MARTELETO, 2002, p.105). E, por isso, é um "Processo de elaboração de sentidos sobre as coisas e os sujeitos no mundo […] configura-se como um fenômeno da esfera cultural". (MARTELETO, 2002, p.101). O conhecimento é, portanto, um fenônemo cultural, já que é somente através da cultura que o homem se relaciona e interage com o mundo.

No entanto, o conhecimento necessita ser comunicado, representado através de um código (verbal ou não-verbal), através de um sistema de linguagem. Necessita ser materializado para que se torne informação como afirma Azevedo Netto (2007).

Ressaltando a importância do homem, encarado não apenas na sua ação particular, como sujeito individual, mas, sobretudo, como "ser e ator social" (AZEVEDO NETTO, 2007) no processo de criação/uso informacional.

O conhecimento precisa ser expresso em qualquer forma física de registro ou qualquer forma concreta de expressão, qualquer tipo de linguagem. Não importando, contudo, de que forma aparente a informação seja representada, se através de um texto impresso, num texto digital, numa tela ou fotografia, num artefato, num áudio-livro, etc. (AZEVEDO NETTO, 2007; LE GOFF, 1996).

Marteleto (1992) aborda, ainda, a construção da informação enquanto objeto da pesquisa científica baseada na noção de cultura como um processo que consubstancia como artefato (fato do fazer humano). A autora compreendendo a informação como "forma de criação e instituição dos significados ou ainda como modo de produção, controle e distribuição social dos bens simbólicos", se constituindo como um processo de criação de sentidos alicerçado num sistema de significação que se expressa na cultura material.

A Cultura material "se exprime nas análises dos materiais que a ela concorrem, nas dissociações dos esquemas explicativos das realidades vividas" (PESEZ, 1998.p.179), e se expressa nos e pelos objetos produzidos e significativos para o homem (AZEVEDO NETTO, 2005). As técnicas, os hábitos de alimentação, vestuário, "as coisas físicas" (MENEZES, 1992; 1999), os costumes, a vida cotidiana são aspectos materiais da vida social, aspectos estes que caracterizam a cultura material.

A cultural material assume visível correspondência com as imposições concretas que influenciam a existência do homem e sua interação social e. Ou seja, "a relação entre o homem e os objetos [...], pois o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura". (PESEZ, 1998, p.181).

Através da cultura material são transmitidos conhecimentos e definições estabelecidas entre os diversos grupos sociais, através do tempo e do espaço. (LOUREIRO; LOUREIRO; SILVA, 2008). São construídas significações a partir de interpretações e convenções diversas. Daí, a importância de analisar o objeto como um documento da identidade cultural de um grupo ou de um indivíduo.

Em *Artefatos como elemento de memória e identidade da cultura popular* Oliveira e Azevedo Netto (2007) tratam da relação Memória e Cultura popular, através da conceituação de identidade, cultura material (precisamente os artefatos) e sua representação, ou seja, os objetos da cultura popular enquanto representações da identidade coletiva.

Partindo da noção de cultura como um conceito polissêmico, buscam estabelecer os vínculos entre a cultura popular – fortemente relacionada aos comportamentos e práticas sociais provenientes do convívio em comunidade, gerados no cotidiano do homem comum, fora da atmosfera acadêmica ou do meio "elitizado" – e a cultura material, representada aqui pela produção, ou melhor, pelos saberes do homem, expressos em seus artefatos. Com isso, defini-se "artefatos" como "elementos de memória e de identidade da cultura popular, carregados em si mesmos de informações fortes [...]" (OLIVEIRA; AZEVEDO NETTO, 2007, p. 30). Assim, os artefatos remetem as práticas, aos comportamentos e principalmente aos fazeres do povo que carregam em si os vestígios de seus passados trazendo marcas no presente.

Como uma das características da informação é sua necessidade de ser materializada por meio de algum suporte (AZEVEDO NETTO, 2007; BARRETO, 1994), os artefatos da cultura popular também representam bem esse aspecto. Pode-se, assim, compreender os artefatos como objetos informacionais, carregados de significação simbólica.

Além de seu potencial informacional os artefatos trazem em si a capacidade de remeter aos indícios de um determinado grupo ou sujeito, uma vez que "os artefatos são fontes da memória por remeterem a marcas e vestígios de natureza histórica e social" (OLIVEIRA; AZEVEDO NETTO, 2007, p. 31). Com isso, tornam-se expressões da memória coletiva, portanto, de documentação e de identificação (significação) de um povo, onde se pode afirmar que a "memória e, por conseguinte, a identidade, só pode existir quando estão referendadas por alguma forma de documentação desse fazer" (OLIVEIRA; AZEVEDO NETTO, 2007, p. 31). Assim, os artefatos são os registros, os documentos da identidade coletiva.

4 SEMIÓTICA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Semiótica de Peirce, ou doutrina dos signos (PEIRCE, 2007) tem se apresentado como adequada para os estudos sobre o sistema de significação, processo de organização e representação da informação destacados nos estudos da Ciência da Informação nos últimos anos (OLIVEIRA, RODRIGES, 2008; AZEVEDO NETTO, 2002). Segundo Santaella (1983) a palavra Semiótica tem sua origem no termo grego *semeion,* que significa signo. Para a autora pode-se dizer que a semiótica "é a ciência do signo" ou ainda, "é a ciência geral de todas as linguagens" (SANTAELLA, 1983, p.1). A Semiótica nasceu no século XX, ao lado da Linguística, sendo ambas ciências da Linguagem, de um lado a Linguística refere-se à linguagem verbal e do outro a Semiótica refere-se a toda e qualquer tipologia de linguagem. Caracterizando-se como uma ciência jovem que se destaca nas denominadas ciências humanas (SANTAELLA, 1983).

Pode-se afirmar, que "a Semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido" (SANTAELLA, 1983, p.2). Seu campo de atuação da Semiótica é vasto compreendendo de "estudos e indagações que vão desde, a Culinária até a Psicanálise, que se intrometem não só na Meteorologia como também na Anatomia, que dão palpites tanto ao cientista quanto ao musico [...]" (SANTAELLA, 1983, p.3), contudo, não é um campo "indefinido" (SANTAELLA, 1983, p.2), mas delimitado em torno do estudo do signo.

Lúcia Santaella (1983) afirma que os estudos semióticas surgem em três contextos distintos que ocorreram simultaneamente nos Estados Unidos da América, na antiga União Soviética e na Europa Ocidental. Momentos que, apesar de simultâneos ocorreram em espaços geográficos e contextos diversos demarcando o que a autora chamou de "proliferação" que efervesceu a comunicação e a produção de informação a partir da Revolução Industrial e das formas de linguagens.

A autora se detém aos estudos da Semiótica norte-americana propagados por Charles Peirce (1939-1914). Pesquisador, cientista e filosofo que atuou em diversas áreas, como as ciências exatas e da natureza, entre elas a Matemática, a Astronomia e a Biologia, mas, também adentrou pelas ciências humanas, como a Linguística e a

Psicologia. Contudo, seu foco principal de estudo era a Lógica ou mais precisamente "a lógica das ciências" (SANTAELLA, 1983, p.3-4).

A teoria geral dos signos (Semiótica) de Peirce tem mais setenta mil manuscritos (COELHO NETTO, 2007), e tem como "função classificar e descrever todos os tipos de signos logicamente possíveis" (SANTAELLA, 1983, p.4). A teoria de Peirce se apresenta sobre três categorias simples e universais do pensamento e da natureza, às vezes chamadas de propriedade outras vezes de elementos, as quais Santaella (1983) apresenta como: qualidade - relação (reação) - representação (mediação), ou ainda, primeiridade - secundidade - terceiridade para usar os termos consagrados por Peirce (PEIRCE, 2007; SANTAELLA, 1983).

A autora caracteriza cada uma das categorias peirceanas, que não são momentos estanques ou que uma seja uma evolução da outra, ou ainda que uma deva ocorrer antes do outra, isso porque "o homem só conhece o mundo porque, de alguma forma, o representa e só interpreta essa representação numa outra representação" (SANTAELLA, 1983, p.11) em um processo de relação contínua as categorias, da seguinte maneira:

1. Primeiridade, qualidade (sentimento) ou conhecer, é a consciência imediata, pode ser compreendido como uma impressão, não divisível nem analisável. "precede toda síntese e toda diferenciação [...] não tem nenhuma unidade" ou o que a autora chama de "quase - signo do mundo" (SANTAELLA, 1983, p.10);
2. Secundidade, relação (reação) ou interpretação, consiste na factualidade do existir, na materialidade, "aquilo que dá a experiência seu caráter factual, luta e confronto, ação e reação em nível de binariedade pura". (SANTAELLA, 1983, p.11);
3. Terceiridade, representação ou mediação, que consiste na aproximação entre a primeira categoria e a segunda de Peirce, se caracterizando pelas noções de "generalidade, infinitude, continuidade, difusão, crescimento e inteligência", ressalta Santaella, no entanto, que "a mais simples idéia de terceiridade é aquela de um signo ou representação" (SANTAELLA, 1983, p.11).

Para Teixeira Coelho Netto (2007) "não é inadequado afirmar que a Semiótica de Peirce é uma filosofia" (2007, p.52). O autor distingue dois momentos na semiótica peirceana: primeiro uma Semiótica Geral, que cobre os campos da "Lógica, Filosofia da

Ciência, Epistemologia ou Teoria do Significado" (2007, p.53) objetivando unificar os questionamentos levantados por esses campos através de uma teoria geral e única construindo uma ciência do pensamento através do "processo de interpretação do signo [...]" baseada "na relação triádica entre signo, objeto e interpretante" (2007, p.53) a partir dessa Semiótica, conhecida como Geral produziu-se aquela que ficou conhecida como "Ciência da Semiótica" ou ainda "Semiótica Especial", interessada com os fenômenos psíquicos ou cognitivos.

Compreendida às vezes como campo e às vezes como disciplina (ECO, 2007) a Semiótica é apontada também como método de pesquisa por Santaella (2001) que destaca dois modelos semióticos aos quais denomina como Modelo Semiótico-Informacional e modelo Semiótico-Textual. Devido às interfases entre a Semiótica e a Ciência da Informação, comentadas mais adianta, será preferenciado o modelo Semiótico-Informacional.

Proposto por Umberto Eco (SANTAELLA, 2001) o modelo Semiótico-Informacional, estuda a função sígnica (comunicação) como processo de transformação da informação através de um sistema de códigos (significação). O italiano Umberto Eco (2007) se adentrou pelos estudos semióticos explorando "as possibilidades teóricas e as funções sociais [...] de todo e qualquer fenômeno de significação e/ou comunicação" (ECO, 2007, p.1). A sua Teoria Semiótica Geral composta por duas categorias: a Teoria do Sistema de Códigos (Signos) ou Semiótica da Significação e a Teoria da Produção Sígnica ou Semiótica da Comunicação propõe-se a explicar qualquer fenômeno "de função sígnica em termos de sistemas" (ECO, 2007, p.1).

Em síntese, Eco (2007) argumenta que o sistema de códigos ou significação ocorre quando um fenômeno convencionado socialmente produz "funções sígnicas". Por seu lado, a Semiótica Comunicativa acontece a partir da expressão física e /ou prática dos fenômenos do sistema da significação. Pode-se com isso, preliminarmente afirmar que a relação entre o sistema de códigos e a função sígnica, é uma relação de causa e efeito.

Eco (2007), como os demais autores já comentados, também se dispôs a discutir sobre os tipos de signos a partir das três categorias peirceanas: símbolo, índice e ícone, ou o que ele define como função sígnica codificada, codificanda e codificante. Sua

proposta depara-se com limites, aos quais deve "reconhecer, estabelecer, respeitar ou ultrapassar" (ECO, 2007, p.3). A esses limites Eco define como: Políticos e Naturais. Os limites políticos, subdivididos em três, podem ser veiculados as relações entre disciplinas, que em contextos "acadêmicos" propuseram-se a desenvolver estudos direcionados para a Semiótica (a exemplos da Lógica formal, da Lógica das línguas naturais e a Semântica filosófica); bem como a cooperação entre outras disciplinas (tais como a Linguística e a Teoria da Informação) que também elaboraram pesquisas teóricas que podem ser incorporados ao campo semiótico. E por fim, os limites empíricos, nos quais se apresentam os assuntos ainda não cobertos pela Semiótica Geral.

Os Limites Naturais, os quais compreendem o espaço e fenômenos ainda não percorridos em profundidade pela Semiótica, a exemplo do território dos "objetos de uso e formas arquitetônicas" (ECO, 2007, p.4). Cobrindo essa laguna no campo dos estudos semióticos, se inserem a Semiótica Indicial proposta por Juan Magariños Morentin (2002/2007) ao afirmar que os objetos, comportamentos e as memórias (ou recordações) têm a qualidade de objetos semióticos, isso devido a possibilita de se perceber essas "entidades enunciativas" a partir de suas existências ontológicas. A partir da análise dos quatro signos indiciais sugeridos no Sistema de dez signos peirceanos (PEIRCE, 2007) Morentin elaborou seu estudo de construção da significação dos objetos semióticos.

Para tanto Morentin (2002/2007) apresenta três sentenças que alicerçam sua afirmação:

1. O objeto semiótico recebe sua existência ontológica (enquanto pode ser conhecido) do signo;
2. O signo, por seu lado, permite a existência ontológica (enquanto possibilita conhecer) o objeto semiótico;
3. Tudo que nos circunda constitui-se por signos e objetos semióticos.

O autor destaca seis variáveis semióticas que interferem nos signos indiciais: Quando se atribui ou não **Significado funcional** ou se identifica um **Significado convencional** atribuído ao signo indicial; Por meio da percepção das **qualidades sensoriais** ou pela percepção das **relações situacionais**, ou seja, percebendo o aspecto contextual. E, por fim, a **Eficácia social do valor funcional** ou **eficácia social do valor convencional**

(p.10-11). Com sua proposta Morentin se propõe a desenvolver o estudo dos objetos ou coisas (e com isso bens materiais) e comportamentos (por sua vez cultura material) alicerçados na análise dos quatro signos indiciais abordados por Peirce em seu sistema de signos (2007).

Tratando das interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Semiótica, Moura (2006) ressalta que a Ciência da Informação dirigiu-se para os estudos dos "fenômenos informacionais" se constituindo "pela aproximação de distintos campos de conhecimento" (Moura, 2006, p.2), o que reforça sua abertura ao diálogo com outras áreas do saber científico. E uma vez que a Ciência da Informação compreende a informação no contexto da dinâmica social, pode-se afirmar que essa compreensão "envolve uma dinâmica de significação, de produção e circulação de signos e numa rede de atos de enunciação semiótica" (Moura, 2006, p.2). Com isso, Moura (2006, 5) define Semiótica como "a ciência geral dos signos e dos processos significativos na natureza e na cultura".

Peirce buscando a criação de um sistema de universalização do pensamento para compreender a totalidade do mundo, elabora um sistema de três categorias que possibilitam essa compreensão de mundo. O que reforça a definição da semiótica como uma filosofia do conhecimento, como afirma Zecchetto "tiende, pues, a ser una filosofia del conocimiento" (ZECCHETTO, 2005, p.49 citado por MOURA, 2006, p.6). Moura (2006) compara as categorias filosóficas de Peirce a três formas de compreender ou três ações de se comportar perante o mundo:

Primeiridade	Perto demais	Sensação
Secundidade	Mais ou menos perto	Ação e reação
Terceiridade	Longe	Razão

Moura, 2006, p.8.

Almeida e Guimarães (2007) também apontam as contribuições dos estudos da Semiótica de Peirce para os estudos da organização da informação e representação da informação (AZEVEDO NETTO, 2007). Destacam que as conexões entre a Ciência da Informação e a Semiótica com ênfase no diálogo dos dois campos.

5 Considerações finais

A Ciência da Informação ocupa seu espaço no campo da pesquisa científica se solidificando como disciplina que assume seu papel social de disseminar a informação – seja esta informação acadêmica ou provinda do saber popular – a toda sociedade. O que ressalta o papel dos cientistas da informação e profissionais que interagem ou intermedeiam o processo de representação e disseminação da informação, através do gerenciamento da informação, da disponibilização da informação e/ou através dos processos e sistemas de organização da informação.

Uma das definições acerca da informação coloca a necessidade da instância de significação do processo de sua existência (BARRETO, 1994), o que leva a uma relação com processos semióticos, como foi indicado por Azevedo Netto (2002), na relação entre signo e informação. Com isso, Semiótica, enquanto teoria que busca entender a ação e comportamento dos signos apresenta-se como campo de pesquisa e modelo metodológico contribuinte para a ampliação dos estudos da área da Ciência da Informação, para a exploração de como os objetos, comportamentos e memórias significa enquanto construções das convenções e interações da cultura informacional, afirmação, sobretudo expressam nos mecanismos de organização informação da cultura material enquanto suporte informacional.

A questão da memória está intimamente vinculada às questões de informação na medida em que os processos de sua construção perpassam por questões representacionais. Não só na forma administrativa, como no caso de parte dos estudos arquivísticos, mas na própria dinâmica da cultura e sociedade, onde as construções e reconstruções memorialísticas demandam alguma forma de representação para sua efetivação. Essa referenciação é que possibilita, através do testemunho de outro tempo, a construção do passado e das atividades e condutas sócio-culturais da atualidade. Assim, a cultura material, enquanto suporte informacional seria composto de signos, que representam coisas oriundas de um tempo passado, com seu significado criado no

presente, o que caracteriza as formas atuais de entendimento da memória, como foi apontada por Le Goff (1996) e Oliveira; Azevedo Netto (2007).

Entendendo a Memória como uma representação (DIEHL, 2002) verifica-se que a teoria que fundamenta esse processo representacional é a Semiótica já que ela vai se dar tanto na materialidade – signo objeto, signo veículo – quanto na imaterialidade – signo interpretante. Assim, a relação que a Memória estabelece com a Semiótica se dá nos seus referenciais materiais, a cultura material (OLIVEIRA; AZEVEDO NETTO, 2007) quanto nos processos identitários.

Portanto, a análise dos fenômenos informacionais, com foco na memória sócio-cultural, passa necessariamente pela relação com o aporte teórico da Semiótica, a partir da qual se podem construir modelos metodológicos para entendimento da informação como insumo da memória, nos mais diversos contextos culturais.

MODEL-INFORMATIONAL SEMIOTIC AS INSTRUMENT FOR RECOVERY OF MEMORY: INTERFACES BETWEEN SCIENCE INFORMATION AND SEMIOTIC

ABSTRACT

Information science is an area constructed from the interaction with other branches of knowledge. Characterized by open dialogue discipline, using various concepts and contributions from other areas of knowledge to substantiate or confirm their own theories, among other areas in which CI has shown interest in dialogic interfaces Semiotics, understood as a field of philosophical knowledge as well as methodological research model with informational support, has been highlighted in the news (MORAIS, 2006; OLIVEIRA RODRIGUES, 2008) especially with regard to the organization and representation of information, mainly based on material culture as mechanisms preservation and recovery of collective memory. In this article we present some definitions around the relationship between information science and semiotics their role in the context of social relationships, expressed in material culture emphasizing the importance of both fields, in the context of the organization, representation and preservation of informational support, as representative material culture and pledge to guard the collective memory.

Keywords: Material culture. Collective memory. Information Science. Semiotics. Semiotic model-informational.

REFERENCIAS

ALMEIDA, C. C. ; GUIMARAES, J. A. C . Peirce e a Ciência da Informação: considerações preliminares sobre as relações entre a obra peirceana e a organização da informação. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2007, Salvador. **VII ENANCIB**. Salvador, 2007. Disponível em: www.marilia.unesp.br *Acesso em: dez. 2009.*

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Signo, sinal, informação: as relações de construção e transferência de significados. **Informação e Sociedade**: Estudos, João Pessoa, PPGCI/UFPB, v.12, n.2, p.1-13, 2002.

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Cultura, Identidade e Cultura material: a visão arqueológica. **Revista Vivência**. Natal, n. 28, p. 265-275, 2005.

_____. Informação e memória: as relações na pesquisa**. Revista História em Reflexã**o, Dourados, UFGD, v. 1, n. 2, p. 1-19, jul./ dez. de 2007.

_____. A abordagem do conceito como uma estrutura semiótica. **TransInformação**, Campinas, 20(1): 47-58, jan./abr., 2008.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **Perspectiva - Revista da Fundação SEADE**. São Paulo: SEADE, v. 8, n. 4, p.3-8, Out./Dez. 1994.

CATROSA, F. **Memória, História e Historiografia**. [S.L.]: Quarteto, 2001.

COELHO NETTO, J. T. **Semiótica, Informação e Comunicação**: diagrama da teoria do signo. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CHAGAS, M. de S. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em memória social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005, p.115-132.

CHARTIER, R. As relações do passado: história e memória. In:_____. **A História ou leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntico, 2009.

DIEHL, A. A**. Cultura historiográfica, memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p.111 -136.

ECO, U. Tratado Geral de Semiótica. 4.ed.São Paulo: perspectiva, 2007 (Estudos;73).

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LE GOFF, J. História e Memória. 4.ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LOUREIRO, J.M.M.; LOUREIRO, M.L. de. N.M.; SILVA, S.D. Museus, Informação e Cultura material: o desafio da interdisciplinaridade. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 9,2008. São Paulo. ***Anais eletrônicos...*** São Paulo: USP, 2008.

MARTELETO, R. M. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In:Aquino, M. de A. (org.) **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária, 2002, p.101-114.

_____. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, v.24, n 1, 1995.

MENEZES, U. **Memória e Cultura material**: Documentos pessoais no espaço público. [SL], 1997, (não paginado) Disponível em: www.marilia.unesp.br/.../**Documentos/memoria cultura material** ulpiano **meneses**.pdf Acesso em: 07 set.2008.

_____. A Crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Z. L.da. (org.) **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP; FAPESP, 1999, p. 11-29.

MORAIS, N. A. de. Memória e mundialização: algumas considerações. In: LEMOS, M. T. T. B; MORAIS, N. A.de. **Memória e construções de identidades**. Rio de janeiro: 7Letras, 2001, p. 92 -101.

MORENTIN, J.M. **La (s) semióticas indicial(es) a partir de Ch.S.Peirce, o como hacer signos com cosas.** [set. 2002/jan.2007]. Disponível em: http://www.magarinos.com.ar/Semiotica-Indicial.htmlAcesso em 24 mai 2010

MOURA, M. A. Ciência da informação e semiótica: conexão de saberes. **Enc.Bibli.: R.Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf**., Florianópolis, n.2, especial, 2° semestre 2006. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/366/430 Acesso em: mai. 2009.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História**, p. 1-27, São Paulo: PUC, n. 10, 1984.

OLIVEIRA, B. M. J. F.; AZEVEDO NETTO, C.X. de. Artefatos como elemento de memória e identidade da cultura popular: um olhar sob a perspectiva da arqueologia social. In: FECHINE, I.; SEVERO, I. (Orgs.). **Cultura popular**: nas teias da memória. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 27-51.

OLIVEIRA, E.B.de; RODRIGES, G.M. As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. PontodeAcesso, Salvador, v. 3, n. 3, p. 216-239, dez. 2009. Disponível em: http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3613 Acesso em: mar. 2010.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et. al. **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PEIRCE, C.S. Semiótica. 4.e.d São Paulo: Perspectiva, 2008. [Tradução de José Teixeira Coelho Netto].

PESEZ, J-M. História da cultural Material. In: LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 177-213.

PINHEIRO, L.V.R. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v.1, n. 1, 2006. Disponível em: http://revista.ibict.br/pbcib/index.php/pbcib/article/view/70 Acesso em: fev. 2009.

POLLAK, M.. Memória e identidade social. In.: _____. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Nos jardins do tempo**: memória e história na perspectiva de Pierre Nora. Disponível em: http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores=id-11 Acesso em: out. 2009.

SANTAELLA, L. **O que é Semiótica**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

_____. **Comunicação e Pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker editores, 2001, p.56-58 (Coleção Comunicação).

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n.1, p.41-62, 1996.

SILVA, A. M. da. Informação e Cultura; Informação e Conhecimento. In:_____. **A Informação**: Da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico. Santa Maria da Freira: Edições Apontamento, 2006, p. 15 -41.